

O deputado federal Efraim Filho (DEM-PB) comemorou a criação de uma força-tarefa do Ministério Público para investigar fraudes em fundos de pensão. O parlamentar paraibano presidiu a CPI dos Fundos cujo relatório final recomendou o indiciamento de 353 pessoas e instituições. A portaria com o grupo de trabalho foi publicada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no Diário Oficial da União desta terça-feira (22).

No documento, Janot designa especialmente três procuradores para atuarem nas investigações envolvendo investimentos feitos pela Funcef, Petros e Previ. De acordo com a Procuradoria, as investigações estão em fase inicial e têm ainda a participação de outros órgãos de controle e investigação.

Segundo Efraim, o material apurado pela CPI apontará os caminhos a serem seguidos pelos investigadores. “Em virtude da experiência de oito meses de investigação na CPI, estou convicto que uma força-tarefa do Ministério Público chegando aos fundos de pensão, encontrará uma situação muito próxima do Petrolão, na Petrobras, que a Lava Jato descobriu”, avalia. O deputado diz que os delitos são comparáveis. “O modus operandi é basicamente o mesmo. O aparelhamento das instituições, o tráfico de influência e o desvio dos negócios para atender interesses político-partidários.”

Para o democrata, a corrupção nos fundos é mais “grave” pois atinge diretamente no salário de aposentados. “As investigações revelaram a face mais cruel de todos esses escândalos. Roubaram o dinheiro dos aposentados. Infelizmente os aposentados que estão tendo que pagar a conta da corrupção. Só que dessa vez é pior. Está sendo descontado no contracheque já que os aposentados, beneficiários e trabalhadores, por lei, são responsáveis por metade do déficit que esses fundos acabam sofrendo”, diz.

Efraim informa que os investigadores já solicitaram documentos à CPI. “Essa foi uma das grandes virtudes da investigação, tivemos um amplo trabalho de compartilhamento de provas e de documentos com o Ministério Público Federal com a PF. muitas dessas investigações que vão iniciar estão subsidiadas por documentos produzidos e elencados pela nossa CPI e que os próprios procuradores da República e delegados da PF já solicitaram através de ofício à CPI esse compartilhamento”, conclui.

Fonte: [PBAgora](#), em 22.06.2016.